



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS- UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS- ICS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**PRATAS NO AR: FINANCIADORES CORPORATIVOS DE CAMPANHA
ELEITORAIS EM AMBIENTES DE INCERTEZA.**

FRANCISCO XAVIER DE FREITAS SOUZA

Maceió,
2016

FRANCISCO XAVIER DE FREITAS SOUZA

**PRATAS NO AR: FINANCIADORES CORPORATIVOS DE CAMPANHA
ELEITORAIS EM AMBIENTES DE INCERTEZA.**

Trabalho de Conclusão de Curso- TCC
apresentado ao curso de licenciatura em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Alagoas-
UFAL com orientação do Professor Dr. José
Alexandre da Silva Junior.

Maceió,
2016

FRANCISCO XAVIER DE FREITAS SOUZA

**PRATAS NO AR: FINANCIADORES CORPORATIVOS DE CAMPANHA
ELEITORAIS EM AMBIENTES DE INCERTEZA.**

Trabalho de Conclusão de Curso- TCC
apresentado ao curso de licenciatura em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Alagoas-
UFAL com orientação do Professor Dr. José
Alexandre da Silva Junior.

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.: Dr.: José Alexandre da Silva Junior- UFAL

Prof^ª.: Dr^ª.: Luciana da Conceição Farias Santana- UFAL

Prof.: Ms.: Willber da Silva Nascimento

“O curioso da aposta não é o ato, mas a expectativa e a esperança que construímos a partir dele.” Latumia (W.J.F.)

AGRADECIMENTO

Ao meu pai Rudival Cohim (in memoriam), minha mãe Vera Souza, minhas irmãs; Andréa, Iara, Laly e Lara, meus cunhados: André Luís, João Falcão, Severaino Júnior e Fernanda Attademo.

Ao Grupo Cidadania Políticas Públicas- GCPP pelo acolhimento nesses momentos tão decisivos de minha carreira enquanto aluno de Ciências Sociais da UFAL.

A todos os professores, em especial ao Professor Dr. José Alexandre da Silva Junior por ter me aguentado tanto durante todo período da construção de meu TCC, que paciência!

Ao Professor Dr. Ranulfo Paranhos que me acolheu para desenvolver pesquisas na área da Ciência Política, pelo PIBIC.

A Lelan e Ariele que fazem parte do corpo administrativo de assuntos pedagógicos do curso de Ciências Sociais.

Aos grandes amigos em especial a Suely Amorim, Roberto Amorim, Eduardo Amorim, Adriana Rodrigues, Fabiana Costa, Adriana Britto, Isabely Savana e Bruno Brasileiro.

A todos os amigos e familiares...

A Deus e os Espíritos protetores pela força de sempre!

Dedico este TCC para Leopoldo Albuquerque e ao meu pai, ambos não estão mais entre os seus.

RESUMO

Qual o efeito do ambiente eleitoral no financiamento corporativo de campanha dos candidatos a Deputado Federal? O objetivo desse trabalho é analisar a variação do financiamento corporativo de campanha por Estado. Nosso foco consiste em sistematizar os dados sobre financiadores e financiados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pela Receita Federal do Brasil. Inicialmente, construímos um banco de dados, organizado a partir dos candidatos (financiados) e a partir dos financiadores corporativos. O período analisado compreende 2014, a unidade de análise são as doações corporativas aos candidatos aos cargos de deputado federal. Metodologicamente, utilizou-se estatística descritiva e multivariada para análise dos resultados.

Palavras-chave: Eleições; Financiamento de Campanha; Financiamento corporativo; Deputados Federais.

Lista de figura

Quadro (01)- Cargos político e suas particularidades.....	18
Quadro (02) – Resumo da Metodologia.....	25
Gráficos (01)- Pares das variáveis.....	26
Gráficos (02)- Pares das variáveis.....	26
Quadro (03) – Lista de variáveis do Ambiente Eleitoral.....	27
Quadro (04) – Comportamento das variáveis conforme ambiente eleitoral.....	28
Figura (01) – Boxplot das variáveis.....	29
Gráfico (03) – Tamanho dos clusters.....	30
Gráfico (04) – Importância do preditor na classificação.....	31
Tabela (01) Média das variáveis em cada grupo.....	32
Tabela (02) Análise fatorial.....	33
Tabela (03) Variância total explicada.....	34
Tabela (04)- Matriz de componente.....	35
Gráfico (05) – Tamanho dos Clusters.....	35
Tabela (05) Média das variáveis em cada grupo.....	38
Gráfico (06) dos Estados Seguros e Inseguros.....	39
Quadro (05) – Resumo da Metodologia.....	39
Gráfico (07)- Número de doadores corporativo.....	40
Gráfico (08)- Custo do voto.....	41
Gráfico (09)- Média de doação.....	42
Gráfico (10)- Valor total recebido.....	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO 01	12
FINANCIAMENTO CAMPANHA NO BRASIL.....	12
1.1 RECURSOS ELEITORAIS	14
1.1.2 RECURSO ECONÔMICO.....	15
1.2 VARIAÇÕES DO CUSTO DO VOTO DENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS.....	15
CAPITULO 02	17
AMBIENTES DE INCERTEZA	17
2.1- SISTEMA ELEITORAL.....	18
2.2- SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO	18
2.4- COMPETIÇÃO.....	19
2.5- REELEIÇÃO/RENOVAÇÃO	21
2.6- VOLATILIDADE	22
2.7- MAGNITUDE.....	24
2.8 METODOLOGIA.....	25
2.10 RESULTADOS	25
2.11 ANÁLISE DE CLUSTER E ANÁLISE FATORIAL.....	27
CAPITULO 03	36
FINANCIAMENTO CORPORATIVO DE CAMPANHA ELEITORAL	36
3.1 METODOLOGIA.....	38
3.2 RESULTADOS	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
BIBLIOGRAFIA.....	45

INTRODUÇÃO

Qual o efeito do ambiente eleitoral no financiamento corporativo de campanha dos candidatos a Deputado Federal? Segundo Berry (1974: 120), “o financiamento das eleições continua sendo uma das áreas menos compreendidas do comportamento político Americano, [...] o dinheiro é certamente importante para explicar o sucesso eleitoral, mas quão importante é saber o seu manuseio”. O financiamento das eleições se tornou um dos temas mais estudados pela Ciência Política norte-americana, depois da aprovação do *Federal Election Campaign Act* (1971) foi adotada a obrigação de que partidos e candidatos reportam seus gastos de campanha. O efeito prático disso foi o desenvolvimento de uma subárea na Ciência Política que se preocupa em responder a principal questão: Qual o efeito do ambiente eleitoral no financiamento corporativo de campanha dos candidatos a Deputado Federal? (JACOBSON, 1985; SMITH, 2001). Tanto o gasto quanto as contribuições de campanha são operacionalizados como variáveis independentes, e os resultados eleitorais como variáveis dependentes.

Estimar em que medida as regras eleitorais produzem os seus efeitos esperados é um dos principais desafios enfrentados pelos estudiosos do assunto. Esse argumento ganha ainda mais força ao se considerar a realidade de países em que a instituição responsável por regulamentar/fiscalizar as eleições não oferece tecnologias para a coleta, o processamento e a divulgação sistemática de informações. Esse impedimento gera diversos efeitos perversos. Primeiro, dificulta o conhecimento de como as instituições funcionam. Por consequência, inibe a realização de estudos em perspectiva comparada, restringindo a difusão de práticas institucionais eficientes. Além disso, a ausência de informações sobre o funcionamento das eleições reduz a transparência das ações públicas, violando o princípio da publicidade. Em conjunto, esses obstáculos comprometem não só o funcionamento do sistema eleitoral, mas principalmente o aperfeiçoamento do regime democrático.

O principal objetivo desse trabalho é analisar a variação do financiamento corporativo de campanha por Unidade Federativa para a conquista do cargo de Deputado Federal. Os candidatos foram divididos em dois grupos: (1) venceram as eleições com gastos abaixo da média (a melhor relação); (2) perderam as eleições com gastos acima da média (a pior relação). Metodologicamente foi construído um banco de dados (sobre os financiados, e financiadores por estados) com informações sobre financiamento de campanha disponível no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Receita Federal, atendendo à questão de pesquisa.

Tecnicamente foi utilizada estatística descritiva e multivariada. Parte-se do pressuposto de que o financiamento das eleições é um componente essencial das regras eleitorais e definir o perfil dos financiadores corporativos de campanha é decisivo para aprimorar o desenho institucional.

CAPITULO 01

FINANCIAMENTO CAMPANHA NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é apresentar os principais estudos sobre Financiamento de campanha e resultados eleitorais no Brasil. Gomes (2011, p.278) conceitua financiamento de campanha eleitoral como: “recursos materiais empregados com vista à captação de votos dos eleitores.” No Brasil, a literatura sobre financiamento de campanha e resultados eleitorais tem se desenvolvido progressivamente. Na prática, o financiamento tem sido objeto de sucessivas regulamentações, tendo como foco a redução dos custos de campanha como forma de amenizar a influência do poder econômico e garantir maior igualdade na disputa eleitoral (ZOVATTO, 2005).

Financiamento de campanha eleitoral entrou ‘maciçamente’ em discussão entre os intelectuais da Ciência Política após a volta do multipartidarismo, ou melhor, no momento da modificação do sistema político de representação no Brasil. O auge da discussão se deu após o escândalo envolvendo Fernando Collor de Mello e Paulo César Farias no ano de 1992. Mas vale ressaltar que o financiamento de campanhas eleitorais no Brasil foi disciplinado, inicialmente, pela lei nº 4.740, de 15 de Julho de 1965. Em 1971, o tema passou a ser disciplinado pela lei de nº 5.682, de 21 de Julho de 1971. Após o evento, o Congresso modificou significativamente o financiamento de partidos e candidatos. As mudanças mais importantes buscaram assegurar maior transparência ao processo (SCHLICKMANN, et al 2008).

Após o escândalo que culminou no *impeachment* de Collor ocorreram mudanças nas regras eleitorais brasileiras. Foram criada norma para favorecer a transparência na movimentação de recursos (SAMUELS, 2006). Em 1993, o Brasil adotou uma lei que exige que todos os candidatos apresentem prestação de contas detalhando as contribuições de campanhas. Desde então, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem compilado os dados de todas as contribuições relatadas. A lei que foi estabelecida para que todos os candidatos transpareçam suas receitas de campanha é a de nº 9.504/1997. De acordo com a lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, em seu art. 20:

“o candidato a cargo eletivo fará, diretamente ou por intermédio de pessoas por ele designada, a administração financeira de sua campanha, usando recursos repassados pelo comitê, inclusive os relativos à cota do fundo partidário, recursos próprios ou doações de pessoas físicas ou jurídicas, na forma estabelecida nesta lei. (BRASIL, lei nº9.504/1997)”.

Entretanto só a partir de 1998 os candidatos de partidos entregaram informações detalhadas sobre os gastos de suas campanhas. O objetivo é determinar o valor, data e identidade do doador. Porém, só a partir de 2010 que foi implantado um sistema que dá acesso aos bancos de dados completos por meio da *website*. No final da campanha e se houver

sobras de valores o candidato e o comitê tem por obrigação transferir a sobra aos partidos políticos para que evite o enriquecimento de candidatos em campanha eleitoral (SPECK, 2004)

Será penalizado o candidato que não declarar seus gastos de campanha e o quanto arrecadou. A penalização pode ser considerada leve, conseqüentemente, fez com que muitos candidatos não eleitos não prestem contas ou apresentem uma prestação incompleta (SPECK, 2004). O candidato tem até 30 dias após o resultado das eleições para declarar ao TSE todos os gastos de campanha. Já os que vão para o segundo turno, toma a data do segundo pleito como referência. De acordo com (SPECK, 2004) o TSE tem intensificado seus esforços para fiscalizar as prestações e identificar o doador com a colaboração da polícia federal e a receita federal.

Segundo Peixoto (2012, p.43), “No Brasil, a legislação eleitoral proíbe várias fontes de recursos, tais como as oriundas de instituições sindicais, empresas estrangeiras, concessionárias de serviços e doações anônimas, etc..” O artigo 81 da lei 9.504/97 rege a regulamentação de pessoas jurídicas com fins lucrativos e limita as contribuições de doações de 2% do faturamento bruto do ano anterior à eleição. Já as contribuições de pessoas físicas têm como percentual máximo 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior ao da eleição (FIGUEIREDO FILHO, 2009). Seja como for, em quase todas as discussões que envolvem a reforma política o tema financiamento de campanha eleitoral está incluído, seja de forma isolada ou em conjuntos com outras propostas (PEREIRA, 2007).

1.1 RECURSOS ELEITORAIS

Existem várias surpresas na corrida eleitoral, uma delas é a vitória de candidatos com poucos recursos. É atípico candidatos com poucos recursos vencerem as eleições. De acordo com Przeworski (1994), há três elementos (recursos) que faz diferença no processo eleitoral, são eles: recursos econômico, organizacionais e ideológicos (PRZEWORSKI, 1994). Por exemplo, alguns partidos políticos em determinados Estados possuem maior organização no seu interior, ou são mais fortes ideologicamente e, por isso, não precisariam gastar muito em campanhas eleitorais.

1.1.2 RECURSO ECONÔMICO

Samuels (2001d) analisou as eleições para Câmara dos Deputados de 1994 e 1998. O autor concluiu que “o dinheiro tem um efeito tremendo sobre o resultado das eleições legislativas” (pag.32). Outros autores como Marcelino (2010), Filho (2009), Peixoto (2010) e Figueiredo Filho (2011) também encontraram associação positiva entre gasto de campanha e votos nas eleições para Deputados Federais em 2006.

Por conta dessa influência que o dinheiro tem nas eleições, alguns estudiosos da Ciência Política defendem o financiamento exclusivamente público, pois há várias expectativas favoráveis a ele como a diminuição da corrupção: fim do caixa dois de campanha e/ou lavagem de dinheiro, mais transparência e proporcionalidade nas campanhas eleitorais. Sabe-se que apesar do seu efeito inegável, o financiamento de campanha não é distribuído homogeneamente. O que acaba gerando uma desproporcionalidade entre os candidatos. Na média os *incumbents* recebem mais financiamento do que os desafiantes (PEIXOTO, 2010). Além disso, o financiador de campanha quase nunca investe em candidatos que não possui trajetória política. O investidor espera um retorno de seu financiamento, e como esse investimento é arriscado, pois não há certeza de que o candidato ganhará as eleições, o investidor prefere maximizar suas chances ao investir mais nos *incumbents*.

Vale salientar, os custos não incluem o financiamento público direto. Também toma as informações prestadas como fidedignas. Segundo Samuels (2006) os fatores que impulsionam o alto custo do financiamento de campanha eleitoral no Brasil são a alta competitividade e a falta de organização entre os partidos considerados mais fracos.

1.2 VARIAÇÕES DO CUSTO DO VOTO DENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS

O objetivo dessa seção é descrever os gastos das campanhas sob a ótica do custo do voto, mostrando como se dá o comportamento dessas duas variáveis no Brasil. Isso se dá principalmente pela má distribuição de renda, porém, há outros fatores que também impede a redução da concentração.

Vários estudos como o de Samuels (2002; 2006), e Mendonça (2007) evidenciam que tanto no Brasil quanto em outros países, a despesa em uma campanha eleitoral é um dos fatores determinante nos resultados eleitorais. Estudos como de Rennó (2007) mostram que a desigualdade de renda, raça e escolaridade geram viés na distribuição de informações e na participação política. Em geral, o argumento é que em estados com maior desigualdade

socioeconômica os custos da campanha eleitoral são mais altos. A principal justificativa está no eleitor alvo. De acordo com (RENNÓ 2007) e (FIGUEIREDO FILHO 2005) a população de baixa renda é o maior alvo entre os candidatos. Para eles, levar informações e outras benesses a esse público eleva custo geral da campanha.

De acordo, com Mendonça (2007), os gastos de campanha são de extrema importância para os resultados nas eleições, mas como as campanhas são feitas para públicos distintos, a relação dinheiro e voto pode não ser um fator decisivo para que se vença uma eleição. O estudo da relação receita e voto é bastante intrigante pois desafia os arranjos institucionais que tentam limitar a influência de um sobre o outro (PEIXOTO, 2012). A relação receita e voto é muito importante para entendermos o desempenho eleitoral dos candidatos em suas campanhas. Mas essa relação continua sendo um desafio para questão fundamental da qualidade e estabilidade da democracia.

CAPITULO 02

AMBIENTES DE INCERTEZA

2.1- SISTEMA ELEITORAL

Independentemente qual eleição se aproxima, o sistema tem o papel fundamental para que a festa da democracia consiga ter êxito. Seu objetivo é organizar as eleições e a conservação de votos em mandatos políticos, visando assegurar a vontade expressa da população. Na corrida para se alcançar o maior número dessa população, o candidato precisa ter investimento para maximizar suas chances em vencer a eleição, para isso o jogador precisa convencer o financiador de campanha que ali ele está fazendo um ótimo negócio em financiá-lo. Mas não é tarefa fácil para o financiador de campanha investir na certeza que vai acertar, pois existem várias mudanças de uma eleição para outra no qual o leva a pensar e repensar nesse tipo de investimento.

2.2- SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

Nesta seção apresentamos as principais características do sistema eleitoral brasileiro com o intuito de deixar claras as regras eleitorais que balizam a competição eleitoral. De maneira geral, um sistema eleitoral representa as regras para a computação dos votos e sua transformação em mandatos (NICOLAU, 2006). O quadro abaixo apresenta o sistema eleitoral brasileiro para os diferentes cargos.

Quadro (01)- Cargos político e suas particularidades

Pleito	Sistema	Arena	Range	Mandato	Reeleição
Dep. Estadual	Proporcional	Estadual	24-94	04 anos	Sim/indefinida
Dep. Federal	Proporcional	Estadual	08-70	04 anos	Sim/indefinida
Governador	Majoritário	Estadual	01	04 anos	Sim/uma
Prefeito	Majoritário	Municipal	01	04anos	Sim/uma
Presidente	Majoritário	Nacional	01	04 anos	Sim/uma
Senador	Majoritário	Estadual	03	08 anos	Sim/indefinida
Vereador	Proporcional	Municipal	09- 55	04 anos	Sim/indefinida

*A renovação do senado é diferente das demais. De quatro em quatro anos renova-se 1/3 e 2/3 consecutivamente. Fonte: Elaboração Própria

O sistema eleitoral no Brasil é proporcional e de lista aberta para o legislativo, exceto para o cargo de senador. Desse modo as cadeiras atribuídas para Deputado Estadual, Federal e Vereadores são distribuídas com base na proporção de votos dos partidos. Uma série de razões chama a atenção no sistema eleitoral brasileiro. A primeira delas é a longevidade. Não existe país no mundo que utiliza o sistema de lista aberta por tanto tempo como no Brasil. Outra razão é a magnitude do eleitorado brasileiro, o número de eleitor é importante para definir padrões de relação entre representantes e representados. A terceira importância é a

combinação entre lista aberta e outros atributos do sistema eleitoral: grandes distritos eleitorais, eleições simultâneas para outros cargos (presidente, governadores de estado e senadores) e distorção acentuada na representação dos estados na Câmara dos Deputados e as coligações.

O sistema majoritário é adotado nas eleições para os cargos de governador, prefeitos, presidente e senador. Esse sistema é caracterizado por atribuir os assentos aos partidos ou candidatos com maior número de votos, ou seja, *the first past the post* (LIJPHART, 2003). Além disso, o Brasil adota o procedimento de segundo turno para os cargos executivos em localidades com 200 mil habitantes. A ideia era que o vencedor alcance maioria absoluta dos votos.

Em 1998, foi instituído que cada partido deve apresentar uma lista em que exista quota de candidatos por gênero, traduzindo, a lista deve apresentar o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada sexo, mas essa regra não vem sendo obedecida (NICOLAU, 2006).

O sistema brasileiro permite a existência de coligações, tanto nas proporcionais quanto nas majoritárias. Coligação é uma aliança eleitoral entre os partidos políticos. Até 2015 os partidos concorrem juntos para o alcance do quociente eleitoral. Procedimentalmente uma coligação funciona como se fosse um partido político, seus votos são somados e as cadeiras distribuídas segundo a ordem de votos de seus candidatos (NICOLAU, 1996).

Dado o quadro institucional, o candidato precisaria convencer o financiador de campanha eleitoral que investir nele é um bom negócio. Contudo, a competição eleitoral é permeada por diferentes graus de incertezas. Desse modo o financiador nunca está plenamente certo de um *payoff* positivo ao investir em um dado candidato. Essas incertezas estão relacionadas a determinadas características da competição eleitoral no Brasil. Neste trabalho analisamos quatro delas: (1) competição; (2) reeleição/renovação; (3) volatilidade; (4) magnitude. Abaixo analisamos cada uma e como suas características afetam o sistema eleitoral e partidário.

2.4- COMPETIÇÃO

A competição faz parte de qualquer jogo e na arena política não é diferente. O sistema eleitoral brasileiro faz com que essa competição fique mais acirrada. O cientista político tem interesse em avaliar o fenômeno da competição eleitoral, fenômeno esse antigo. Desde Duverger (1970) todas as regras eleitorais tornam-se pontos importantes para a análise do

sistema político de qualquer País. Nas eleições para Deputado Federal, Estadual ou vereador, é adotado o sistema proporcional de lista aberta, dessa forma que a competição entre os candidatos de uma mesma lista enfraqueceria os partidos políticos, e ao mesmo tempo, incentivariam os candidatos concentrarem seus esforços espacialmente. A cada quatro anos é disputada no Congresso Nacional as 513 cadeiras disponíveis. A representatividade por Estado é proporcional à população, e determina que nenhuma unidade federativa tivesse menos de oito cadeiras e mais de setenta assentos. Assim, o Estado de São Paulo por possuir a maioria da população, detém a quantidade máxima de cadeiras disponíveis na Câmara do deputado e os Estados como Acre, Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins, possuem apenas o número mínimo de cadeiras no Congresso.

O sistema eleitoral brasileiro permite duas escolhas para o eleitor: 1) votar na lista do partido (voto de legenda) 2) escolher um candidato de sua preferência. A opção pelo voto no candidato caracteriza a centralização na pessoa. O eleitor dispensa o voto na legenda em função de atributos do candidato (candidate-centered). (Ames, 2001; Mainwaring, 1999; Samuels, 1998)

As regras eleitorais brasileiras afetariam comportamento individual entre os candidatos a deputado federal ao promover a disputa inclusive entre companheiros da mesma legenda tentando alcançar a melhor colocação na lista aberta fornecida ao eleitorado. Além de garantir o desempenho individual os candidatos precisam que seu partido ou coligação conquiste o maior número de cadeiras possível. Em geral, mesmo quando os candidatos são os mais bem colocados na lista precisam da transferência de votos para alcançar o quociente eleitoral. (SAMUELS, 1999)

Por conta da acirrada competição eleitoral, o sistema eleitoral brasileiro permite a formação de coligação partidária para as eleições proporcionais para que possam atuar como o único partido. A aliança pode apresentar até o dobro de cadeiras disponíveis na disputa. A seção §1º do artigo 10 da Lei nº 9.504/1997 assegura que a coligação é válida. Diferentemente de partidos políticos isolados, que poderá concorrer apresentando apenas 1,5 vezes o número de assentos disponíveis. A competição interpartidária no Brasil é bastante alta. Candidato busca em seu distrito o seu espaço físico, buscando fechar o seu reduto eleitoral nos Municípios. Essa tática de apropriação faz com que o candidato assegure todo seu reduto eleitoral para que nenhum candidato arrisque em buscar votos nas regiões que o mesmo conquistou. Cada candidato busca proteger com unhas e dentes o seu território, tomando o controle político (PEIXOTO, 2012).

A competição e a concentração de votos para muitos autores fazem parte da mesma face. Não há razão institucional que afirme que candidatos a deputado federal atuem somente em seu reduto eleitoral, o mesmo pode expandir o seu território. (FIGUEIREDO E LIMONGI, 2005). O Deputado Federal propõe emendas eleitorais para qualquer cidade a despeito de ter recebido uma quantidade de votos ali. O político que utiliza dessa prerrogativa já pensa numa eleição futura e assim conquiste todo o território para quando vier à campanha eleitoral não tenha tantas dificuldades em angariar votos naquele local. Dessa forma, o político tende a ficar por muito tempo no poder.

Com essa ida do parlamentar para a disputa de algum cargo no poder executivo, permitiria que novos atores ou velhos pudessem conquistar aquele reduto eleitoral. Essa alternância provocaria algum tipo de grau de competição entre os políticos para conquistar votos daquela determinada localidade que foi deixada pelo antigo parlamentar. A competição acirrada aumenta a incerteza do resultado, tornando mais difícil a decisão sobre o investimento.

2.5- REELEIÇÃO/RENOVAÇÃO

A renovação é um fenômeno que necessita ser definido. Ela é mensurada a partir da subtração do percentual de *incumbents* pelo percentual de novatos (SQUIRE, 1998). Embora a cada eleição surjam novos candidatos, no Congresso Nacional as cadeiras ainda são ocupadas por atores que estão há mais de uma legislatura. Mesmo que alguns deputados não tenham sido exitosos no pleito da reeleição, a entrada de novos atores no legislativo é garantida, em suma, pela saída daqueles que decidem concorrer a outros cargos ou desistem de disputar as eleições. Os conceitos discutidos por (SANTOS, 1971) de voto inovador e de rotina, propõe interpretações para entender a renovação política. Para Santos a renovação política se dá por três maneiras: (1) por acréscimo na população eleitoral, aumentando em termos abstratos a representação; (2) pela substituição da mortalidade da representação, isto é, do números de elementos que não representam sua candidatura à reeleição, renovação compulsória; (3) pela substituição de representantes, renovação deliberada (SANTOS, 1971).

O argumento da reeleição parlamentar não é fenômeno desprezível no Brasil (LEONI, PEREIRA E RENNÓ, 2003; 2004 e PEREIRA E RENNÓ, 2007). O número de parlamentares que decidem a reeleição é maior entre todos os países da América Latina (LEONI, PEREIRA E RENNÓ, 2003; 2004). Figueiredo e Limongi (1999, p.20) consideram que “a proporção de candidaturas à reeleição pode ser tomada como um indicador do valor do

mandato parlamentar”. A variável “renovação” tem sido concebida como “mudança de pessoas na representação” (SANTOS,1971)

Fleischer faz distinção do que é calouros e novatos. Para ele o calouro é aquele que nunca pertenceu aquele determinado cargo, nem mesmo como suplente e o novato é aquele que mesmo não estando excedendo determinado cargo na eleição anterior, já foi suplente ou foi titular em uma legislatura anterior (FLEISCHER, 1980).

A reeleição é conceituada como o “grau de recondução”, numa nova legislatura de parlamentares provenientes das anteriores (SCHMITT, 1999) ou a frequência com que os parlamentares, tendo se representado, obtiveram um novo mandato (ARAUJO, 2002) Mede-se a taxa de reeleição, obtida por meio da divisão do número de sucessos pelo número total de representação, sendo correspondente ao que (SANTOS, 1999) chama de “conservação”.

A maior parte da literatura, portanto, destaca a renovação ou a rotatividade das elites políticas no Congresso Nacional, ainda que identifique diferentes causas e consequências para o fenômeno. Samuels (2000) é um dos poucos que tenta explicar a renovação na Câmara dos Deputados. Os Deputados brasileiros estariam sempre ambicionados a ocupar cargo no Poder Executivo. A reeleição/renovação é uma variável de incerteza nas escolhas do financiador em determinado candidato, pois depende da escolha dos eleitores e também do comportamento do legislador.

2.6- VOLATILIDADE

A volatilidade eleitoral serve como termômetro para medir a reação dos eleitores diante do candidato ou partido político. A volatilidade eleitoral é um dos indicadores importante para medir as oscilações da preferência do eleitorado no qual os partidos políticos participantes das disputas eleitorais são exitosos. Com isso, os níveis elevados de volatilidade eleitoral faz com que exista precário enraizamento dos partidos na sociedade (BOHN, 2008).

O indicador de volatilidade eleitoral foi desenvolvido por Pedersen (1982) e tem sido estudado para a institucionalização e classificação dos sistemas partidário. Esse mesmo indicador consiste na mudança/manutenção da direção dos votos dos eleitores em eleições subsequentes. É importante esse fator, pois mostra se o eleitorado é fiel e se os candidatos eleitos são os mesmos da eleição anterior. Por definição, a volatilidade eleitoral é igual à zero. O financiador de campanha eleitoral tende a concentrar o seu patrocínio nos candidatos que tiver um resultado positivo na volatilidade eleitoral, ou seja, candidatos com o menor risco de perder a eleição. A volatilidade é normalmente calculada por partido, embora que nada

impeça que seja feita por candidato. Isso não quer dizer que o financiador irá ter a certeza que seu investimento irá obter algum tipo de retorno.

Estudos mostram que a hipótese histórica na compreensão da volatilidade eleitoral é a seguinte: os sistemas são institucionalizados quando a volatilidade eleitoral observada for relativamente constante ou muito baixa por um longo período. (FILHO, 2009) Mesmo algumas pesquisas apontando que cerca de 20% dos parlamentares brasileiros não buscarem se reeleger no mesmo cargos porque se candidatam para outros cargos ou simplesmente saem do universo político, é importante ressaltar que a proporcionalidade é bastante alta para os que tentam a reeleição, comparando com outros países democrático da América Latina. (MORGENSTERN, 2002)

Ao analisar a volatilidade eleitoral em 47 democracias e semidemocracias, Mainwaring e Zoco (2006) constataram que a volatilidade eleitoral tende a ser maior em países que integram a chamada ‘terceira onda de democratização’, de acordo com a expressão cunhada por Huntington (1991). Para esclarecer a diferença na volatilidade eleitoral entre os países pesquisado, Mainwaring e Zoco (2007) mostram oito hipóteses em relação à volatilidade eleitoral, são essas as hipóteses: 1) reduz com o passar do tempo; 2) aumenta conforme a fragmentação do sistema partidário; 3) é maior em sistemas presidencialistas; 4) é maior em locais com baixo crescimento econômico; 5) aumenta com maiores taxas de inflação; 6) é menor em democracias mais antigas; 7) é menor em regimes competitivos que possuem maior porcentagem de força de trabalho em manufaturas, mineração, construção e transporte; e, 8) é menor em regimes com maior densidade de trabalhadores em sindicatos ou associações.

Para entendermos a relevância e a importância do índice de volatilidade eleitoral, é importante analisar os sistemas partidários e seu grau de estabilidade. O índice deve ser o único utilizado para explicar as variáveis das oscilações que ocorrem nas eleições subsequentes. O índice de volatilidade eleitoral exige sempre reduzir ao máximo os possíveis problemas que possa ser encontrado no decorrer da pesquisa, mas que infelizmente é impossível sanar todos eles totalmente. Independente disso, o cálculo é muito utilizado, e é considerada a maneira mais eficaz de mensurar características comportamentais e padrões de votação local. Além disso, ao ser somado a outros fatores, que dependem daquilo que se está buscando explicar, ele permite apurações com elevado nível de confiança. Consistem, portanto, em um indicador amplo e bastante flexível. A volatilidade se torna um fator bastante importante para o financiador de campanha, pois sua mensuração faz com que o doador maximize as chances de acertar financiando determinado candidato.

2.7- MAGNITUDE

Outro fator de incerteza para o financiador de campanha eleitoral é a magnitude. A magnitude eleitoral se refere ao número de cadeiras em disputa em cada distrito. Talvez a magnitude seja o maior causador das distorções na proporcionalidade (BREVÁRIO, 2012). O Brasil é um país onde as magnitudes variam entre médias e grandes magnitudes (NASCIMENTO, 2016) Quanto maior a magnitude mais proporcional tende a ser o resultado das eleições. Nesse cenário os partidos pequenos tendem a ser beneficiados. No sistema proporcional a magnitude é sempre maior que um, podendo chegar desde a menor circunscrição com o número reduzido de representante até uma grande circunscrição nacional que elege todos os membros do parlamento. A magnitude exerce um grande impacto nos resultados eleitorais, ou seja, quanto maior for à magnitude, mais exata tende a ser a proporcionalidade de votos recebidos e cadeiras conquistadas pelos partidos.

Nos sistemas distritais majoritários ou proporcionais, a desproporcionalidade é muito alta, quando se divide por circunscrição de magnitude diferenciada, isso é considerado um meio de exclusão da representação do partido. As fórmulas eleitorais desproporcionais e magnitude distribuídos de forma desequilibrada são de maneiras aleatórias e arbitrárias para determinar o limite de participação dos partidos.

Nos sistemas proporcionais como o do Brasil, é adotado modelos de divisão distritais, muitos preferem a amplitude do distrito, pois propiciam índices mais perfeitos e proporcionalidade. Alguns sistemas chegam à possibilidade máxima com um distrito nacional. (LIJPHART, 2003)

O tamanho da magnitude vai de acordo com as áreas, seja urbana ou rural. Na área urbana, a magnitude é bem maior que a área rural. As magnitudes menores advertem os pequenos partidos, distribuições desiguais tende o favorecimento de partidos maiores.

Tem-se mostrado em sociedades e sistemas proporcionais a eficaz por conta da facilidade da representação pluripartidária. Prova disso é que há sistemas proporcionais que funcionam muito bem há décadas. A estabilidade governista por conta desse pluripartidarismo funciona de forma eficaz através de coalizões partidárias. No Brasil as diferenças entre a população estadual é muito grande, as variações entre as magnitudes dos distritos são igualmente consideráveis. A magnitude tem grande impacto na decisão da pessoa que deseja financiar o candidato, pois o número de cadeiras disponíveis na Câmara Federal e a disputa eleitoral tornam elementos incertos para o investidor de campanha eleitoral.

2.8 METODOLOGIA

O objetivo desse capítulo é evidenciar que os estados constituem ambientes de investimento diferentes quando o assunto é o financiamento de campanhas eleitorais. Para tanto, o primeiro passo é verificar como algumas variáveis do sistema eleitoral se comportam dentre as unidades federativas. Na sequência, essas variáveis são reduzidas via análise fatorial. Por fim, os estados são classificados com base no fator criado. O quadro abaixo sumariza a metodologia.

Quadro (02) – Resumo da Metodologia

Etapa	Elementos	Descrição
Descritivo	Questão de Pesquisa	Quais são os ambientes seguros e inseguros?
	Hipótese	Existem ambientes mais seguros que os outros
	Unidade de Análise	Estados
	Período	Eleição 2010
	Variáveis (VD e VI's)	Grupo de Estados agrupados. (1) Índice de desequilíbrio; (2) Renovação (voto); (3) Renovação (candidatos); (4) Reeleição (candidatos); (5) Reeleição (votos); (6) Desproporcionalidade; (7) Número Efetivo de Partido; (8) Magnitude; (9) Volatilidade
	Técnicas	(1) análise fatorial; (2) análise de cluster; (3) estatística descritiva.

Fonte: Elaboração Própria

2.10 RESULTADOS

Primeiramente, segue análise dos primeiros pares de variáveis a partir dos gráficos de dispersão.

Gráfico (01)- Pares das variáveis

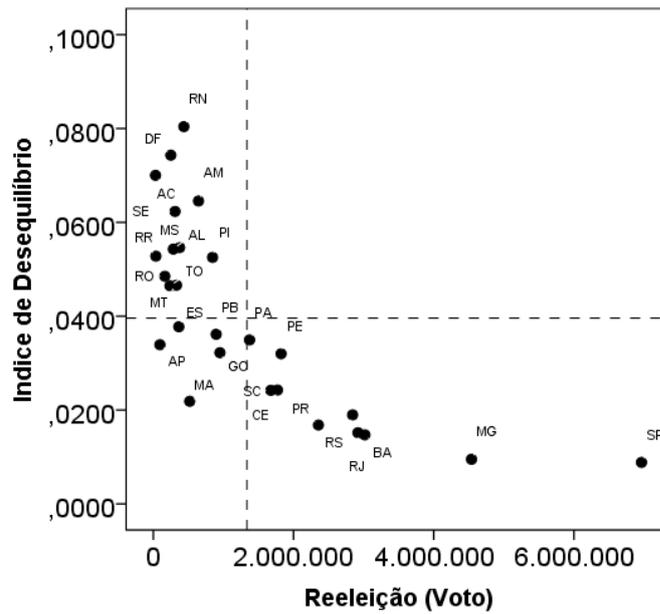
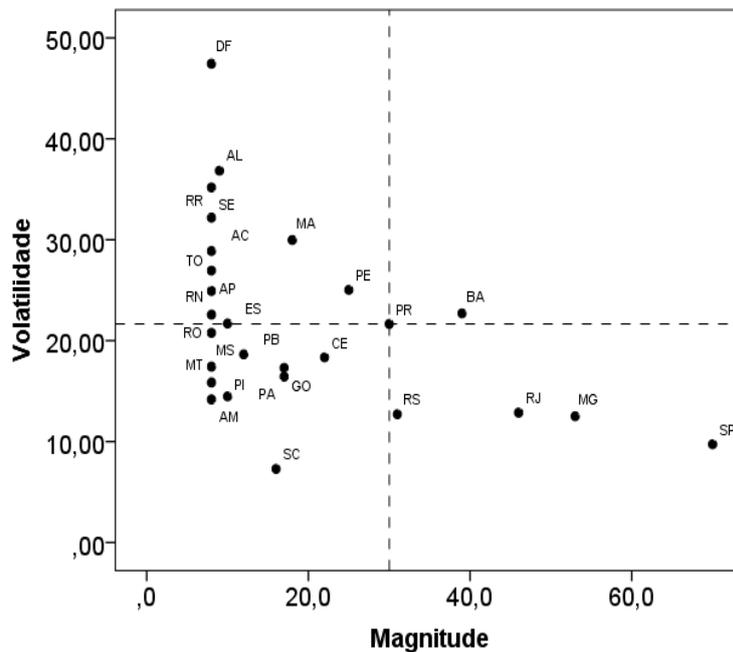


Gráfico (02)- Pares das variáveis



Fonte: Elaboração Própria

O primeiro gráfico apresenta em seu eixo (y) a variável índice de desequilíbrio e em seu eixo (x) a variável reeleição (voto). A primeira variável é uma proxy da competição eleitoral (PERES, 2013). Quanto maior o desequilíbrio menor a competição. Nenhum dos Estados

estão ao mesmo tempo acima da média nas duas variáveis. Alguns Estados como a Paraíba, Maranhão, Amapá estão abaixo das duas variáveis ao mesmo tempo.

O segundo gráfico apresenta em seu eixo (y) a volatilidade e no eixo (x) a magnitude. É percebido que o Distrito Federal possui a maior volatilidade e a menor magnitude. Apenas o Estado da Bahia se encontra acima da média nas duas variáveis ao mesmo tempo e o Paraná está na média nas duas variáveis. Alguns Estados como Paraíba, Pernambuco, Ceará, Santa Catarina, estão abaixo das duas variáveis ao mesmo tempo.

2.11 ANÁLISE DE CLUSTER E ANÁLISE FATORIAL

A principal função das diferentes técnicas de análise fatorial é reduzir uma grande quantidade de variáveis observadas a um número reduzido de fatores. Os fatores representam as dimensões latentes (construtos) que resumem ou explicam o conjunto de variáveis observadas (Hair et al, 2005). Ao resumir dados, a análise fatorial obtém dimensões latentes que descrevem os dados em um número menor de fatores do que as variáveis individuais originais (Hair et al, 2006, p. 91).

A análise de *cluster* é uma técnica utilizada para classificar grandes grupos. Esse método forma grupos fortemente similares. Para Hair et al (2005), a “análise de conglomerados agrupa indivíduos ou objetos em *cluster* de modo que objetos em um mesmo clusters são mais parecidos entre si do que em relação a outros *cluster*.” A lógica subjacente da análise de *cluster* é bastante semelhante a lógica fatorial. A diferença é que a análise fatorial, o pesquisador está interessado em representar um conjunto de variáveis observadas a partir de um número menor de fatores. Já a análise de conglomerados agrupam-se casos (FIGUEIREDO FILHO et al 2015).

Nesse trabalho, utiliza-se a análise fatorial seguida da análise de conglomerados para classificar os estados brasileiros conforme o nível de incerteza dos resultados eleitorais. Para tanto, a pretensão é utilizar oito variáveis com origem nos resultados da eleição anterior. O quadro abaixo apresenta cada uma das variáveis:

Quadro (03) – Lista de variáveis do Ambiente Eleitoral

Variável	Definição	Mensuração
Índice de Desquilíbrio	Índice de Taagepera que mensura a diferença de votação entre pares de candidatos;	Contínua
Renovação (voto)	Total de votos dos candidatos que conquistaram o primeiro mandato;	Contínua

Renovação (Candidatos)	Total de candidatos que conquistou o primeiro mandato;	Contínua
Reeleição (Candidatos)	Total de candidatos que disputa à reeleição;	Contínua
Reeleição (Votos)	Total dos votos dos candidatos à reeleição;	Contínua
Desproporcionalidade	>>>>>	Contínua
Número Efetivo de Partidos	>>>>>	Contínua
Magnitude	Número de cadeiras em disputa em cada Estado;	Contínua
Volatilidade	Índice que mede o percentual médio do eleitorado que vota em partidos diferentes em duas eleições;	Contínua

Fonte: Elaboração Própria

Teoricamente, todas essas variáveis ajudam a retratar o ambiente eleitoral. Porém, é importante expor o comportamento esperado das variáveis em cada ambiente. O comportamento dessas variáveis conforme o ambiente eleitoral deve apresentar o seguinte padrão:

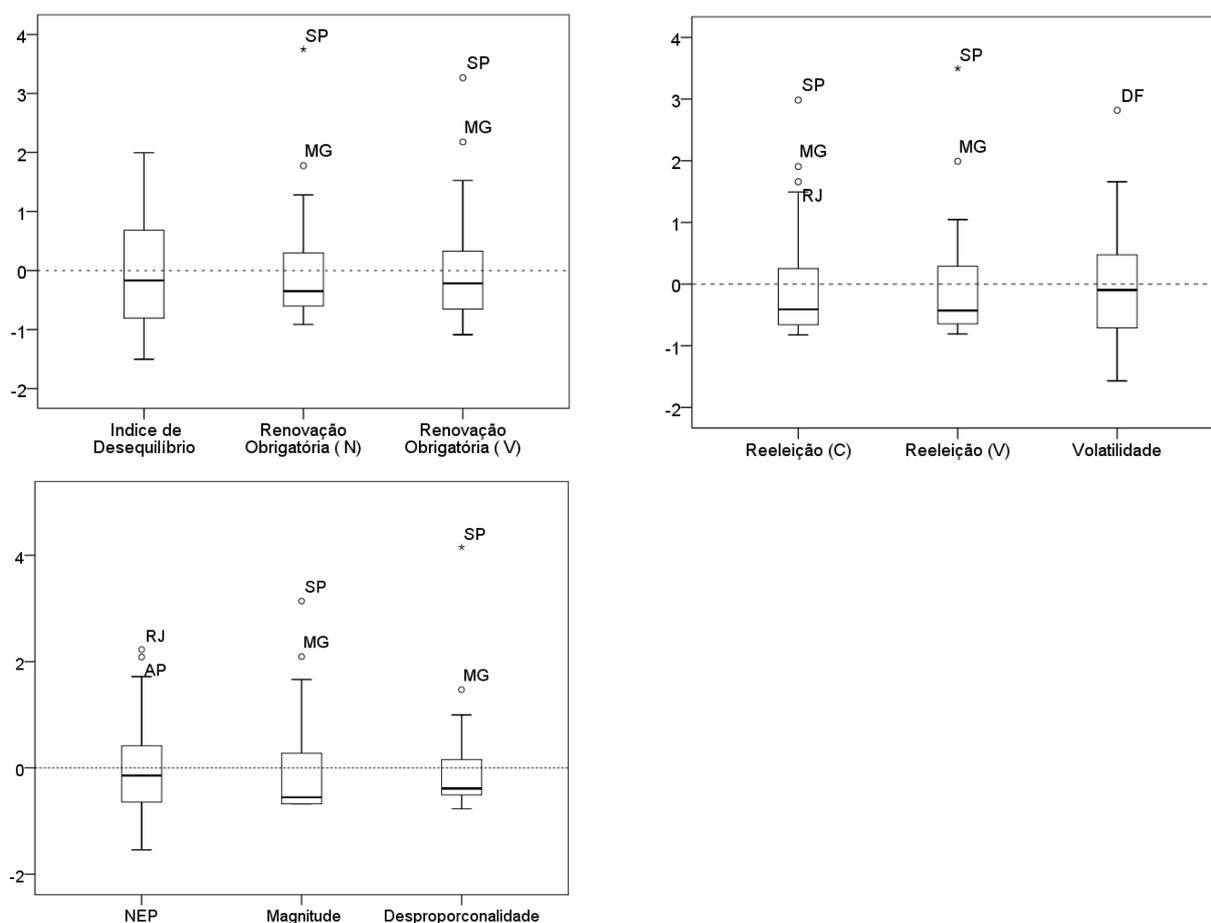
Quadro (04) – Comportamento das variáveis conforme ambiente eleitoral

Variáveis	Ambientes	
	Seguro	Inseguro
Índice de Desequilíbrio	(+)	(-)
Renovação (voto)	(-)	(+)
Renovação (Candidatos)	(-)	(+)
Reeleição (Candidatos)	(+)	(-)
Reeleição (Votos)	(+)	(-)
Desproporcionalidade	(-)	(+)
Número Efetivo de Partidos	(-)	(+)
Magnitude	(+)	(-)
Volatilidade	(-)	(+)

Fonte: Elaboração própria

Antes de realizar a análise de *cluster* é importante apresentar algumas informações sobre a distribuição dessas variáveis. Afinal, dados sobre o centro, a variação, o tipo de distribuição e a presença de *outliers* são indispensáveis a qualquer análise descritiva básica (TRIOLA, 2011). Os gráficos a abaixo ilustram parte dessas informações.

Figura (01) – Boxplot das variáveis



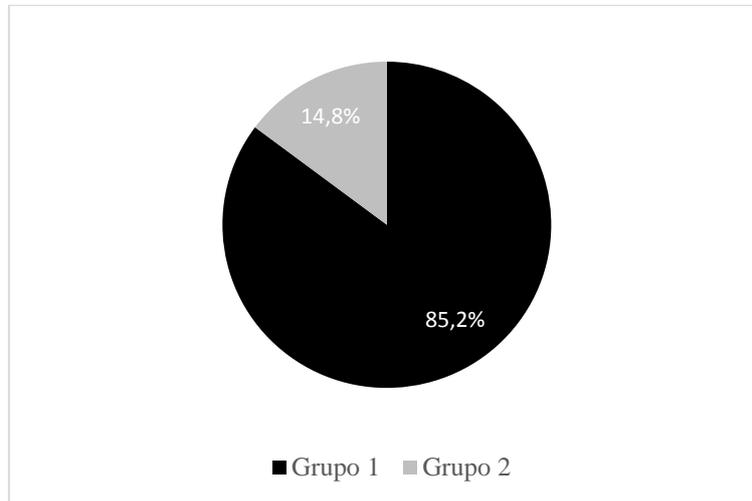
Fonte: Elaboração Própria

A figura apresenta a distribuição das variáveis padronizadas. Isso significa que a linha pontilhada traçada no ponto zero representa a média de todas elas. Além disso, com a padronização o eixo y passa a ser medido em desvios padrões. Primeiramente, é possível notar que todas as distribuições são assimétricas positivas (mediana < média). Em outros termos, metade dos escores estão abaixo da média. As variáveis com distribuições mais assimétricas são a reeleição (voto) e magnitude, as menos são a volatilidade e número efetivo de partidos¹. Ainda de acordo com a figura, existem diversos pontos influentes e poucos *outliers*. Mais especificamente, o estado de MG é o que mais aparece como ponto influente, seis vezes (37,5%). Apenas o estado de SP é considerado *outlier* em três variáveis: renovação obrigatória (N), reeleição (v) e desproporcionalidade. As análises seguintes estarão atentas a essas informações.

¹ Quanto maior a distância entre a média e a mediana maior a assimetria.

Nesse ponto, o desafio é executar a análise de *cluster* e avaliar os seus resultados. A tabela abaixo e o gráfico abaixo ajudam nesse desafio.

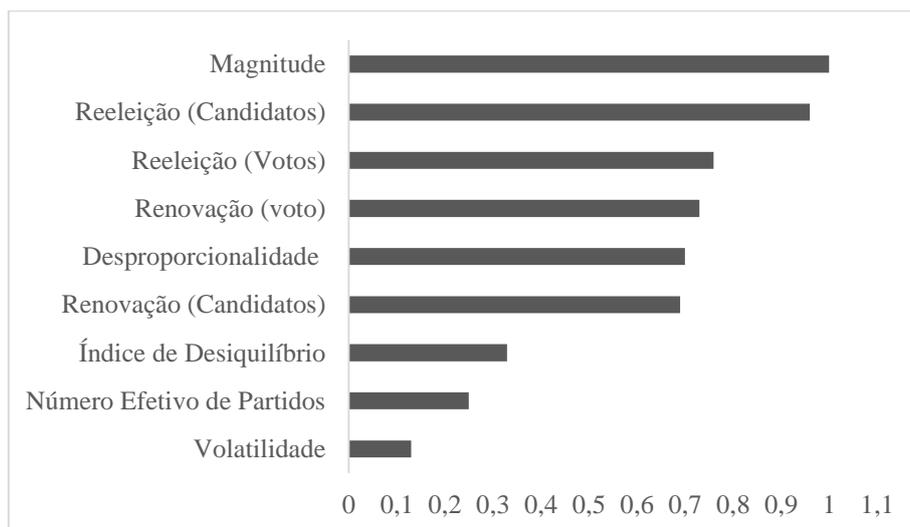
Gráfico (02) – Tamanho dos clusters*



Fonte: Elaboração Própria

*silhueta média 0,7

Gráfico (03) – Importância do preditor na classificação



Fonte: Elaboração Própria

Tabela (01) Média das variáveis em cada grupo

Variáveis	Grupo 1	Grupo 2
Volatilidade	22,90	14,46
Número Efetivo de Partidos	7,97	9,97
Índice de Desequilíbrio	0,04	0,01
Renovação (Candidatos)	4,52	14,50
Desproporcionalidade	75,83	433,22
Renovação (voto)	487051,30	2177426,50
Reeleição (Votos)	808793,17	4359871,25
Reeleição (Candidatos)	8,74	37,25
Magnitude	13,26	52,00

Fonte: Elaboração Própria

Conforme os resultados, a análise recomenda a criação de apenas dois grupos. Um com (4) estados (14,8%) e outro com demais (23) (85,2%)². Dentre os preditores da classificação o mais importante foi magnitude com importância máxima (1,0) e menos relevante foi a volatilidade (importância = 0,13). Todavia, a grande controvérsia dessa classificação está no cruzamento das médias das variáveis em cada grupo com a expectativa de comportamento delas. O grupo 1 atende a 5 (55,6%) expectativas do ambiente seguro e 4 (44,4%) do ambiente inseguro. Precisamente, poderia ser considerado seguro porque registra disputas mais desequilibradas, menores níveis de renovação, desproporcionalidade e menor número de partidos efetivos. Porém, frustra as expectativas de um ambiente seguro porque registra maior nível de volatilidade e menores níveis de reeleição e magnitude. Conseqüentemente, o grupo 2 também não se alinha completamente as expectativas de nenhum ambiente. Por exemplo, para ser considerado inseguro esse precisaria registrar níveis de volatilidade e reeleição mais altos. Com esses resultados, a classificação torna-se inconclusiva e inviabiliza o prosseguimento da análise.

Portanto, para cumprir o desafio de construir os ambientes são necessárias duas medidas: 1) excluir as variáveis que fugiram das expectativas e 2) reduzir as variáveis restantes. Das nove variáveis trabalhadas quatro serão retiradas da análise, são elas: 1) reeleição (votos); reeleição (candidatos); volatilidade e magnitude. Todas elas fogem ao que se espera na construção de ambientes seguros e inseguros³. A segunda medida melhora o compartilhamento de variâncias entre as variáveis e conseqüentemente a qualidade dos cluster formados. A tabela e o gráfico abaixo apresentam os resultados.

² Para fins dessa análise o DF foi contabilizado como um estado da federação.

³ Das quatro variáveis retiradas a volatilidade é a única que apresenta coeficientes de correlações que não ultrapassam 0,53 com variáveis que permaneceram na análise. Disso deriva que a ausência dela é a única não coberta pelo compartilhamento de variância com outras, o “console” é que a volatilidade é também a que registrava o poder preditivo mais baixo.

Tabela (02) da análise fatorial

Variável	Extração
Índice de Desequilíbrio	0,625
Renovação Obrigatória (N)	0,923
Renovação Obrigatória (V)	0,918
Número Efetivo de Partidos	0,341
Desproporcionalidade	0,877

Tabela (03) Variância total explicada

Componente	Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	3,685	73,690	73,690	3,685	73,690	73,690
2	0,760	15,196	88,886			
3	0,451	9,029	97,915			
4	0,088	1,764	99,679			
5	0,016	0,321	100,000			

Método de extração: análise do componente principal.

Tabela (04)- Matriz de componente

	Componente
	1
Índice de Desequilíbrio	-0,790
Renovação Obrigatória (N)	0,961
Renovação Obrigatória (V)	0,958
Número Efetivo de Partidos	0,584
Desproporcionalidade	0,937

Método de extração: Análise do Componente principal.

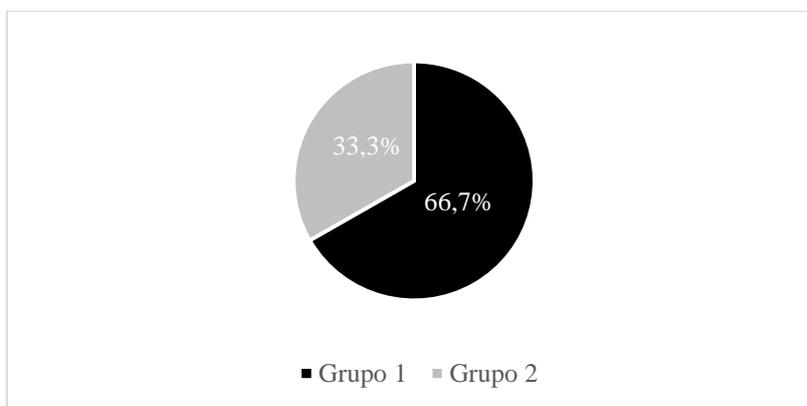
1 componentes extraídos.

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com Schawb (2007), as comunalidades representam a proporção da variância para cada variável incluída na análise que é explicada pelos componentes extraídos. Por exemplo, os dois fatores extraídos explicam 62,25% da variância do índice de desequilíbrio.

Usualmente o valor mínimo aceitável é de 0,50. Logo, caso o pesquisador encontre alguma comunalidade abaixo desse patamar a variável deve ser excluída e a análise fatorial deve ser realizada novamente. Além disso, baixa comunalidade entre um grupo de variáveis é um indício de que elas não estão linearmente correlacionadas e, por isso, não devem ser incluídas na análise fatorial. No caso acima, a variável número efeito de partido (NEP) apresenta comunalidade ligeiramente abaixo do valor crítico. Em uma perspectiva mais conservadora, seria aconselhável excluí-la da análise e realizar novamente a análise fatorial. Para os nossos propósitos, vamos conservá-la. O gráfico abaixo apresenta o tamanho dos grupos inseguros e seguros para investir.

Gráfico (04) – Tamanho dos Clusters



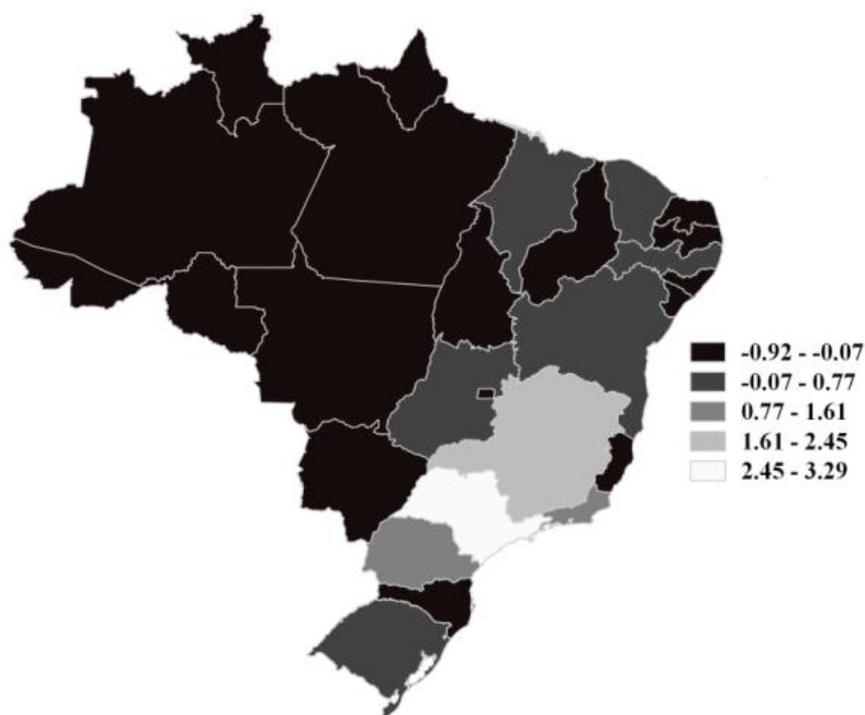
Fonte: Elaborado pelo autor *silhueta média 0,7

Tabela (05) Média das variáveis em cada grupo

Variáveis	Grupo 1	Grupo 2
Fator	-0,56	1,11

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com a regra do autovalor a análise fatorial recomenda a extração de um fator carregando 73,69% de toda a variância. Com exceção do número efetivo de partidos, todas variáveis tem comunalidade acima da recomendada (0,40) (HAIR ET AL, 2006). Além disso, todas as variáveis têm cargas fatoriais acima de 0,50, patamar mínimo recomendado. A análise de cluster chega a uma solução com a criação de dois grupos. No primeiro a média do fator é negativa, no segundo ela positiva. Com exceção do desequilíbrio, todas as variáveis



Fonte: Elaboração Própria

O mapa acima apresenta o nível de segurança e insegurança para investir em determinado estado. Estados classificados por ambientes. Todos os estados da região Norte, são considerados estados com alto nível de segurança. Contrariamente, os estados da região Sudeste, com exceção do Espírito Santo, aparecem como ambientes inseguros. O destaque vai para estado de São Paulo que aparece como o mais inseguro para investir. Para lembrar, os estados considerados seguros são aqueles cujos indicadores apontam para resultados eleitorais mais estáveis, sendo o contrário verdadeiro.

CAPITULO 03

FINANCIAMENTO CORPORATIVO DE CAMPANHA ELEITORAL

Precocemente, Tullock (1972) argumentou que o investimento privado em política é racional desde que as contribuições tenham um impacto amplo e direto nas principais decisões políticas. Em outros termos, os financiadores são considerados racionais quando buscam maximizar a influência das suas doações. Portanto, procuram por candidatos dependentes de financiamento e com grande probabilidade de vitória. Caso encontre, o mais provável é a eleição de políticos dispostos a defender os interesses dos financiadores. Portanto, o desafio é ser eficiente na realização dessa tarefa (STRATMANN, 2005; MILYO, 1999). Há muitos estudos que evidenciam que esse não é uma tarefa trivial. Por exemplo, Matsusaka (2000) constata um crescimento no volume de doações feitas a candidatos ineficientes ou que sofrem queda de desempenho eleitoral nos Estados Unidos. Stratmann (2005), Coate (2004) e Ashworth (2003) apontam a dificuldade de estimar o peso de variáveis “clássicas” como o posicionamento político e das preferências ideológicas dos candidatos na distribuição das doações. Adicionalmente, Moon (2002) apresenta o *déficit* de eficiência dos gastos de campanha dos *incumbents* como um desafio a lógica de financiamento. Como já foi dito, há uma preferência do financiador corporativo pelos candidatos à reeleição. Krosner e Stratmann (2000, 2005) examinaram até que ponto a construção de uma reputação é compatível com os interesses dos financiadores das campanhas. Besley e Case (2002) e Coate (2004) procuram estimar o peso da competição eleitoral e de características do eleitorado. Grier, Munger and Roberts (1994) e Hart (2001) utilizam características dos doadores como variáveis explicativas para a contribuição e o volume das doações. Por fim, Garret e Gerber (2001) argumentam que a origem do financiamento exerce influência na probabilidade de vitória dos candidatos. Em resumo, a literatura aponta um conjunto amplo de variáveis que tem efeito sobre a decisão de financiar e sobre a determinação do volume repassado.

No Brasil, segundo Mancuso (2015), existem treze trabalhos que investiga os determinantes do investimento eleitoral. A maioria deles apontam os partidos, o pertencimento a coalizão presidencial, o exercício do mandato e magnitude dos distritos como principais variáveis explicativas. Saumels (2001) mostrou que o posicionamento ideológico dos partidos influencia o montante de financiamento recebido pelos candidatos. Precisamente, ele constatou que candidatos de esquerda recebia menos contribuições, em especial, dos setores corporativos. Mancuso (2012) e Speck (2011) analisando eleições distintas também constataram um efeito significativo do posicionamento ideológico dos partidos sobre o montante de recursos destinados para os candidatos. Samuels (2001) apontou também o pertencimento a base presidencial como variável explicativa para distribuição da receita.

Lemos, Marcelino e Pederiva (2010), Mancuso (2012), com base na análise de outros pleitos, fazem a mesma constatação: pertencer a base presidencial tem efeito positivo sobre a distribuição das doações. Além disso, eles identificam um efeito significativo do exercício do mandato. Por fim, Samuels (2001b), Marcelino (2010) e Peixoto (2010) constaram que a magnitude dos distritos exerce efeito significativo sobre o investimento eleitoral. No geral, eles mostram que existe uma associação negativa entre a magnitude e a receita eleitoral média dos candidatos. Claramente, existe um crescimento de trabalhos sobre o tema no Brasil. Não sem razão, a maioria deles foi publicado nos últimos cinco anos.

Todavia, apesar desse crescimento a literatura ainda se depara com questões mal esclarecidas. Uma delas é o efeito do ambiente eleitoral sobre o financiamento das campanhas, em especial, o corporativo. Em geral, sabe-se pouco sobre como os financiadores corporativos enfrentam ambientes de incerteza eleitoral. Partindo do princípio de que eles querem financiar quem vence a eleição é possível imaginar que baixa previsibilidade sobre o resultado do pleito é complicador para a política de financiamento. Não sem motivo, a hipótese central aqui é que a média da receita de campanha de candidatos derrotados é maior em ambientes mais inseguros (de maior incerteza). A análise se estende a outras variáveis que configuram a receita de campanha.

3.1 METODOLOGIA

Essa pesquisa o objetivo é identificar o efeito do ambiente eleitoral no financiamento corporativo de campanha dos candidatos a Deputado Federal. Para tanto, a estratégia metodológica consistiu em duas etapas principais: 1) identificar os ambientes eleitorais e 2) formar grupos de candidatos à deputados federais. O primeiro objetivo foi cumprido no capítulo anterior, o segundo constitui o conteúdo desse capítulo. Foram formados dois grupos de candidatos tomando como parâmetro a relação receita e voto. O primeiro grupo é composto por candidatos que arrecadaram acima média mas perderam a disputa e o segundo por candidatos que venceram a disputa mesmo tendo arrecada abaixo da média. No total, a análise abrange 148 candidatos, todos do pleito 2014 pelos 27 estados brasileiros. A ideia é comparar a receita de campanha corporativa desses candidatos controlando o ambiente eleitoral. O quadro abaixo sumariza a metodologia.

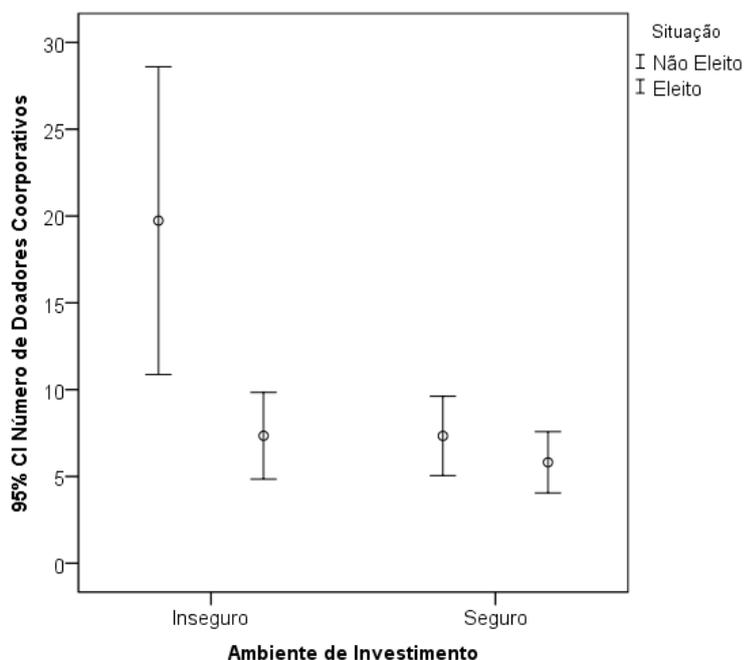
Etapa	Elementos	Descrição
Inferencial	Questão de Pesquisa	Qual o efeito do ambiente eleitoral no financiamento corporativo de campanha dos candidatos a Deputado Federal?
	Hipótese	A média da receita de campanha de candidatos derrotados é maior em ambientes mais inseguros (de maior incerteza).
	Unidade de Análise	Candidatos
	Período	2014
	Variáveis (VD e VI's)	Grupos. (1) Doação Média; (2) Custo do voto; (3) Média de doação; (4) Valor total recebido
	Técnicas	Estatística descritiva

Fonte: Elaboração Própria

3.2 RESULTADOS

Nos gráficos a seguir é possível visualizar a diferença entre as médias no ambiente de investimento e a situação dos candidatos. A ideia é observar se a diferença se acentua no ambiente considerado inseguro para investir. Por lógica, esse tipo ambiente dificulta a aposta em candidatos vencedores. A análise inicia com a variável número de doadores.

Gráfico (05)- Número de doadores corporativo



Fonte: Elaboração Própria

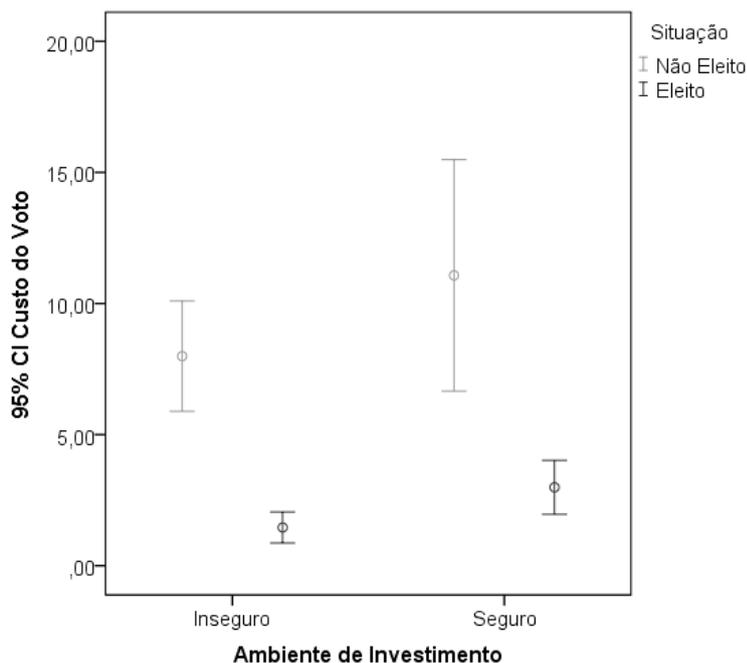
Inseguro $F = 15,904 / t = 2,830$ p valor | 0,006

seguro $F = 2,648 / t = 1,036$ p valor 0,287

Nos estados inseguros há uma intercessão pequena do número de doadores. A média de doação nos estados inseguros é de 29560,50464 e nos estados seguros é de 7012,02260. Apenas no ambiente inseguro existe diferença estatisticamente significativa entre as médias.

O gráfico abaixo demonstra o custo de voto nos estados seguros e inseguros.

Gráfico (06)- Custo do voto



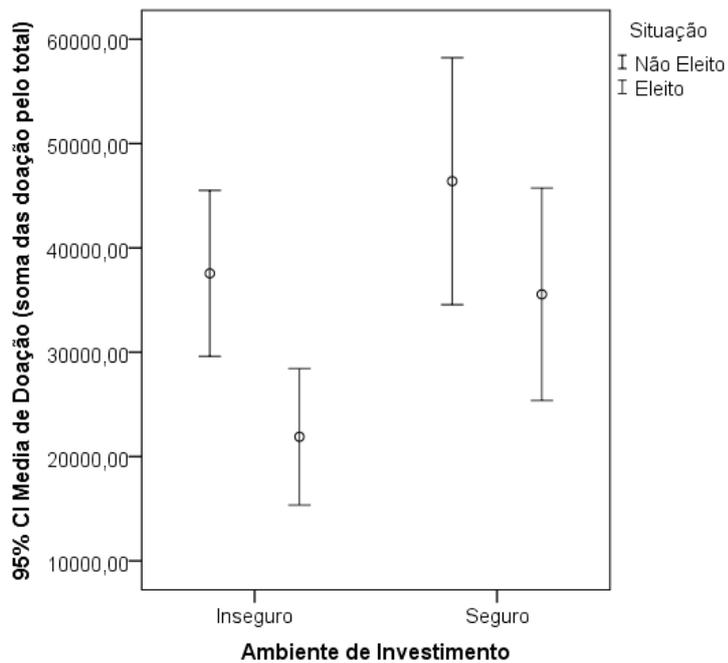
Fonte: Elaboração Própria

Inseguro F = 20,890 / t = 6,380 p valor | 0,000

seguro F = 28,314 / t = 3,364 p valor/0,000

É notório observar no gráfico acima que não há intercessão de custo de voto nos dois ambientes de investimento. O custo do voto dos candidatos nos ambientes inseguros é de R\$ 10,684 para os não eleitos e de R\$ 1,457 para os eleitos. No ambiente considerado seguros, a média dos não eleitos é de R\$ 14,001 e dos eleitos é de R\$ 2,989. Portanto, embora a diferença entre as médias seja significativa nos dois ambientes, contra intuitivamente, o custo do voto dos não eleitos é maior nos ambientes inseguros. Na sequência, o gráfico abaixo apresenta a média de doação nos estados seguro e inseguro.

Gráfico (07)- Média de doação



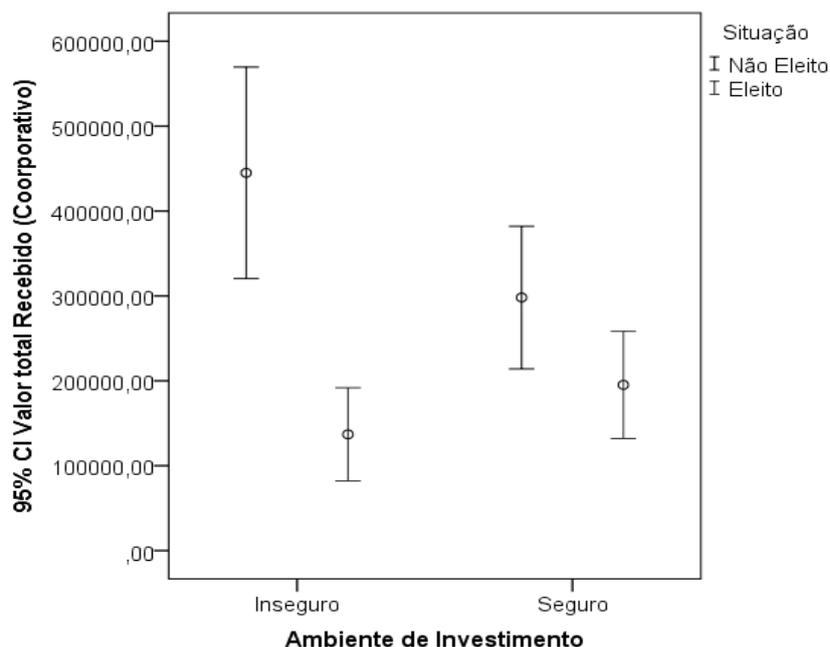
Fonte: Elaboração Própria

Inseguro $F = 2,197$ / $t = 2,147$ p valor 0,036

seguro $F = 0,016$ / $t = 0,535$ p valor 0,595

Nos estados inseguros não há uma intercessão entre as barras de erro que representam a estimação das médias de doação para os candidatos. Nesse ambiente, a média para os não eleitos é de R\$ 50192,769, já para os eleitos corresponde a R\$ 21892,143. No ambiente seguro, os não eleitos têm uma média de doação de R\$ 52566,020, enquanto os eleitos registraram uma média de R\$ 45344,007. Por fim, o gráfico abaixo apresenta a diferença entre as médias do total de doação recebido por cada candidato.

Gráfico (08)- Valor total recebido



Fonte: Elaboração Própria

Inseguro $F=19,401 / t=4,997$ p valor 0,000

seguro $F=4,070 / t=1,925$ p valor 0,059

O gráfico acima apresenta o valor total recebido nos ambientes seguros e inseguros. No ambiente inseguro é possível visualizar que não existe intercessão entre os valores, o contrário é verdadeiro no ambiente denominado de seguro. Portanto, a diferença entre as médias é significativa é apenas no ambiente inseguro. Para os não eleitos, a média de valor recebido é de R\$ 549077,218 e R\$ 298132,083 inseguro e seguro, respectivamente. Para os eleitos, a média de valor recebido é de R\$ 13688,728 e R\$ 195231,107 inseguro e seguro, respectivamente.

Precisamente, as variáveis número de doadores, média de doação e total de recebido atende a expectativa teórica do trabalho. Qual seja: apresenta diferença estatisticamente significativa entre candidatos eleitos e não eleitos apenas nos ambientes inseguros. Portanto, a variável custo do voto é única que foge à regra. No mais, é possível dizer que nos ambientes inseguros o número de doadores que perdem os recursos investidos é maior conjuntamente com o volume de doação realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou o financiamento corporativo entre os candidatos a Deputado Federal em seus respectivos estados no ano de 2014. Foi constatado que a receita é um recurso importante para campanha eleitoral, mas nem sempre é um fator determinante para o sucesso nos resultados das eleições.

Os candidatos foram divididos em dois grupos: (1) venceram as eleições com gastos abaixo da média (a melhor relação); (2) perderam as eleições com gastos acima da média (a pior relação). Os procedimentos metodológicos utilizados foram pautados no método quantitativo, no qual visou quantificar e organizar as informações exigidas na pesquisa.

O capítulo 02 apresentou os ambientes seguros e inseguros nas Unidades Federativas. A hipótese foi confirmada na existência de Estados mais seguros que o outro. Essa afirmação se deu através da variável dependente (Estados) e as independentes: (1) Índice de desequilíbrio; (2) Renovação (voto); (3) Renovação (candidatos); (4) Reeleição (candidatos); (5) Reeleição (votos); (6) Desproporcionalidade; (7) Número Efetivo de Partido; (8) Magnitude; (9) Volatilidade. 33,3% dos estados são inseguros para financiar e 66,7% deles são mais seguros para que o financiador possa investir em campanha eleitoral.

No capítulo 03 que apresenta os resultados, foi observado que a variável doação média no campo seguro manteve uma intercessão entre os ganhadores e perdedores. O resultado mostrou que a variável número de doador corporativo Os estados inseguros há uma intercessão pequena do número de doadores. A média de doação nos estados inseguros é de 29560,504 e nos estados seguros é de 7012,022. Na variável custo do voto é notório observar no gráfico acima que não há intercessão de custo de voto nos dois ambientes de investimento. O custo do voto dos candidatos nos ambientes inseguros é de R\$ 10,684 para os não eleitos e de R\$ 1,457 para os eleitos. Já na variável média por doação Os estados inseguros não há uma intercessão entre as barras de erro que representam a estimação das médias de doação para os candidatos. Nesse ambiente, a média para os não eleitos é de R\$ 50192,769, já para os eleitos corresponde a R\$ 21892,143. E por fim a variável valor total recebido O ambiente inseguro é possível visualizar que não existe intercessão entre os valores, o contrário é verdadeiro no ambiente denominado de seguro. Portanto, a diferença entre as médias é significativa apenas no ambiente inseguro.

Portanto, a contribuição da pesquisa é de fundamental importância para o que diz respeito ao financiamento corporativo e seus ganhos e perdas. O trabalho muito a ser

explorado e também ampliado em relação à série temporal. Um caminho é traçar o perfil dos financiadores de campanha para saber que categoria ganhou e perdeu em suas apostas.

BIBLIOGRAFIA

- AMES, B. Os Entraves da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ARAÚJO, S.C. A Renovação parlamentar no Brasil. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro. IUPERJ, 2002.
- ASHWORTH, P. (2003). An approach to phenomenological psychology: the contingencies of the lifeworld. *Journal of Phenomenological Psychology*, 34(2), 145-156.
- BENATTI, Silva Clarissa, José Luis da Silva Netto Junior. Custo do voto: uma análise para candidatos ao cargo de deputado estadual e distrital nas eleições de 2010. 2013.
- BERRY, D. Electoral economics: Getting and spending. *Polity*, Palo Ato, 7, p. 118-139, may, 1974.
- BESLEY, T.; CASE, A. (1995). Does Electoral Accountability Affect Economic Policy Choices? Evidence from Gubernatorial Term Limits. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 110, n. 3, p.769-798, Aug. 1995.
- BOHN, Simone R. e Denise Paiva A VOLATILIDADE ELEITORAL NOS ESTADOS SISTEMA PARTIDÁRIO E DEMOCRACIA NO BRASIL1 Recebido em 17 de janeiro de 2008. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 187-208, jun. 2009 Aprovado em 28 de maio de 2008.
- BOHN. Simone R.; Paiva.Denise. A volatilidade eleitoral nos Estados sistema Partidário e Democracia no Brasil. *Ver. Social. Polit.* Curitiba. V.17. p.187-208, 2008.
- BRASIL, Lei 9.504. Estabelecimento das normas para eleições. **Brasília, 1007. Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em 12/07/2016.
- COATE, S. (2004). Pareto-Improving Campaign Finance Policy. *The American Economic Review*, Vol. 94, N. 3, P. 628-655.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Brasília, Ed. UnB, 1970.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Processo orçamentário e comportamento legislativo: Emendas Individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. *Dados* 48 (4). 2005.
- FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- FILHO, D.B Figueiredo. O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 2009.
- FILHO, Figueiredo, D.B.; Santos, M.L.; Silva Jr., J.A.; Rocha, E.. Campaign Spending and Poverty Levels in Brazil: An Exploratory Approach. In 35º Encontro da Anpocs. Caxambu. 2011
- FILHO, Dalson Britto Figueiredo, Ranulfo Paranhos, José Alexandre da Silva Júnior y Denisson Silva. Precisamos falar sobre métodos quantitativos em Ciência Política. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social*. Nº11. Año 6. Abril - Septiembre 2016. Argentina. ISSN 1853-6190. Pp. 21-39.
- FLEISCHER, D. Renovação Política- Brasil 1978: eleição parlamentares sob a égide do “Pacote de Abril”. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol.23, nº 2, 1980.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. cap. 14, p. 278-300.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. cap. 14, p. 278-300.

GRIER, K. B., MUNGER, M. C., and ROBERTS, B. E. (1994). The Determinants of Industry Political Activity, 1978–1986. *American Political Science Review* 88(4): 911–26.

HAIR, J. F. et al. (2005) *Análise Multivariada de Dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman.

HAIR, J. F.; Anderson, R. E.; Tatham, R. L.; black, w. C. *Análise multivariada de dados*. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HUNTINGTON, Samuel P. *The third wave. Democratization in the late twentieth century*. Norman. University of Oklahoma Press, 1991.

JACOBSON, G. C. 1978. The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections. *American Political Science Review*, Vol.72, No. 2, pp. 469-491.

KROSZNER, R. S., & STRATMANN, T. (1998). Interest-group competition and the organization of congress: theory and evidence from financial services' political action committees. *American Economic Review*, 1163-1187.

[LEMOS, Leany Barreiro](#); [MARCELINO, Daniel](#) and [PEDERIVA, João Henrique](#). Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. *Opin. Publica*[online]. 2010, vol.16, n.2, pp.366-393. ISSN 0104-6276.

LEONI, E.; Pereira, C.; Rennó, L. Estratégia para sobreviver politicamente. Escolhas de candeias na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, v.9,nº 1, 2003.

LEONI, E.; Pereira, C.; Rennó, L. Political Survival Strategies: Political Career Divisions in the Brazilian Chamber of Deputies. *Journal of Latin American Studies*, v.36, 2004.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Editora Record, 2003.

MAINWARING, S. P. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAINWARING, S. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.

MANCUSO, W.P. (2012). “Empresas e financiamento de campanhas eleitorais de candidatos a deputado federal pelo estado de São Paulo nas eleições de 2002 e 2006”. In: A. Dalla COSTA; A.C. MINELLA; D.B. GROS; J. MICK; M.S. ETCHEVERRY;

MANCUSO, W.P. 2015. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001- 2012) e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 54, p. 155- 183

MARCELINO, D. *Sobre dinheiro e eleições: um estudo dos gastos de campanha para o Congresso Nacional em 2002 e 2006*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília. 2010

MATSUSAKA, J.G. (2001). Corporate Diversification, Value, Maximization, and Organizational Capabilities. *The Journal of Business*. Julio. 74(3), pag. 409-431.

MENDONÇA, G. *Aspectos do Mercado Eleitoral Brasileiro: Análise Econométrica do Impacto dos Gastos nas Eleições para a Câmara e o Senado de 2002*. Rio de Janeiro, 2007. 32

p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, Fundação Getúlio Vargas.

MILYO, J. (1999). The Political Economics of Campaign Finance. *The Independent Review*, v. III, nº 4, [s.l.], pp. 537-547.

MORGENSTERN, S; NACIF, B. 2002. Legislative Politics in Latin America. Cambridge University Press.

MOON, W. (2002). The paradox of less efficient incumbent spending: Theory and tests. *Working paper*, University of California, Los Angeles.

NASCIMENTO, Wilber Da Silva. Partidos pequenos e a competição partidária no Brasil. Dissertação de mestrado 2016.

NICOLAU, Jairo. Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94. Fundação ao Getúlio Vargas Editora, 1996.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *Dados*, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.

PEDERSEN, Mogens. The dynamics of European party systems: changing patterns of electoral volatility. *European Journal of Political Research*, v. 7, n. 1, p. 1-26, 1979.

PEIXOTO, V.M. 2010. Eleições e financiamento de campanhas no Brasil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro.

PEIXOTO, Vitor (2010). Eleições e Financiamento de Campanhas no Brasil. Tese defendida no IESP (UERJ).

PEIXOTO, Vitor. Impacto dos gastos de campanhas nas eleições legislativas de 2010: uma análise quantitativa. 2012.

PEREIRA, Denis Urazato. Financiamento público de campanhas eleitorais e representação política na câmara dos deputados. 2007

PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e Mercado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

RENNÓ, L. R. Desigualdade e Informação Política: As Eleições Brasileiras de 2002. *Dados Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n 4, 2007, p. 721- 755, 2007.

SAMUELS, D. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. *Legislative Studies Quarterly*, v. 25, n. 3, p. 481–497, 2000.

SAMUELS, D. Incentives to Cultivate a party vote in Candidate centric Electoral Systems. *Comparative Political Studies*, 32 (4), p.487-518, 1998.

SAMUELS, D. Money, Elections, and Democracy in Brazil. *Latin American Politics and Society*, 43(2), pp. 27-48. 2001

SAMUELS, David D., Sources of Mass Partisanship in Brazil. *Latin American Politics and Society*, v.48, n.2, p.1-27, 2006.

SAMUELS, David. Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil. *The Journal of Politics*, v. 64, n. 3, p. 845–863. 2002.

SANTOS, F. Recruitment and retention of Legislators in Brazil *Legislative Studies Quarterly*, v. 24, 1999.

SANTOS, W.G. “Da Poliarquia à oligarquia? Eleições de demanda por renovação parlamentar. *Sociedade e Estado*, v.12, nº1, Jan-Junho-1971.

SCHLICKMANN, Denise Goulart, Heloísa Helena Bastos Silva Lübke. Financiamento de campanhas eleitorais: avaliação das proposições apresentadas pelo Tribunal Superior Eleitoral ao Congresso Nacional. 2008

SCHMITT, R.A. Migração Partidária e reeleição na Câmara dos Deputados. Nos estudos Cebrap, São Paulo, Vol. 54, 1999.

SCOTT, Mainwaring and Edurne Zoco. Political sequences and the stabilization of interparty competition. *Electoral Volatility in Old and New Democracies. PARTY POLITICS VOL 13. No.2 pp. 155–178, 2007.*

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à sociologia política**: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas**: do liberalismo ao fascismo. São Paulo: Ática, 2010. Vol. I.

SILVA, Glauco Peres da. *Competição Política e Sistema Eleitoral Brasileiro: Algumas Evidências Empíricas*. Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 2010.

SMITH, B. A. *Unfree Speech: the Folly of Campaign Finance Reform*. Princeton, Princeton University Press, 2001.

SMITH, Richard (1995). "Interest Group Influence in the U.S. Congress". *Legislative Studies Quarterly*, Vol. 20, Nº 1.

SPECK, B. W. 2011. Objetivos e estratégias do setor privado no financiamento das campanhas eleitorais: um modelo de análise baseado em dados da campanha eleitoral no Brasil em 2010. In *Conferência IPSA-ECPR “Whatever Happened to North-South?”*. São Paulo.

SPECK, B. W. . Teses sobre a reforma do financiamento político no Brasil. *Revista Jurídica Consulex*, v. VIII, p. 32-34, 2004.

SQUIRE, P. Measuring Legislative Professionalism: The Squire Index Revisited. *State Politics and Policy Quarterly*, Thousand Oaks, v. 7, n. 2, p. 211-227, Summer, 2007.

SQUIRE, P. Membership Turnover and the Efficient Processing of Legislation. *Legislative Studies Quarterly*, Iowa, v. 23, n. 1, p. 23-32, Feb. 1998.

STRATMANN, T. (2005). The effectiveness of money in ballot measure campaign. *Southern California Law Review*, v. 78, p. 101-124, 2005.

TRIOLA, Mario (2011), *Introdução à Estatística*. Rio de Janeiro: Editora LTC. 696pp

TULLOCK, G. (1967). The Welfare Costs of Tariffs, Monopolies and Theft. *Western Economic Journal*, 5, pp. 224-232.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opinião pública**, Campinas, vol. 11, nº 2, p. 287-336, out. 2005.